

Conjuntura nacional e luta contra o racismo no Brasil

AMAURI MENDES PEREIRA *

Resumo: Esse artigo discute as relações entre o avanço da luta contra o racismo e a crise política-institucional e de valores especialmente agudizada nesse momento da conjuntura nacional brasileira. Partindo do antirracismo faz referência à trajetória da questão racial no Brasil através de visões críticas sobre a influência da ideia de raça e das doutrinas do racismo científico na construção do estado nacional republicano, e como tais pregações deram lugar à idealização de uma democracia racial. Argumenta, então, que a desconsideração da questão racial no cotidiano das relações de poder, em interpretações sobre a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, e em esforços de articulação e vivência políticas junto à grande maioria da população acarreta problemas na geração de estratégias e ações transformadoras. E questiona a inconsistência que perdura no enfrentamento do preconceito, da discriminação e das desigualdades raciais que, apesar de avanços prejudicou experiências recentes de militantes do Movimento Negro, agentes e agências com quem compartilhavam responsabilidades no exercício do poder de Estado, além de dificultar a efetiva democratização em importantes segmentos da sociedade civil, potencializando avanços dos conservadorismos.

Palavras-chave: Movimento negro; Racismo e antirracismo; Questão racial; Conjuntura nacional; Justiça social; Diversidade.

National situation and fight against racism in Brazil

Abstract: This article discusses the relationship between the advancement of the fight against racism and the political-institutional and values crisis that is especially acute at this moment in the Brazilian national context. Starting from anti-racism, he makes reference to the trajectory of the racial issue in Brazil through critical views on the influence of the idea of race and the doctrines of scientific racism in the construction of the republican national state, and how such preaching gave way to the idealization of a racial democracy. It argues, then, that the disregard of the racial issue in the daily life of power relations, in interpretations about the formation and development of Brazilian society, and in efforts to articulate and experience politics with the vast majority of the population causes problems in the generation of strategies and actions transforming. And he questions the inconsistency that persists in confronting prejudice, discrimination and racial inequalities that, despite advances, have harmed recent experiences of Black Movement activists, agents and agencies with whom they shared responsibilities in the exercise of state power, in addition to hindering the effective democratization in important segments of civil society, leveraging advances in conservatism.

Key words: Black movement; Racism and antiracism; National conjuncture; Social Justice; Diversity.



* **AMAURI MENDES PEREIRA** é militante do Movimento Negro. Doutor em Ciências Sociais-PPCIS-UERJ. Mestre em Educação-PPGEDU-UERJ. Especialista em História da África CEAA-UCAM. Foi pesquisador do CEAA e do CEAB-UCAM, presidente do IPCN-Instituto de Pesquisas das Culturas Negras-RJ e diretor da ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Atualmente é professor do DTPE-PPGEDUC-IE-UFRRJ.

Agradeço à profª Joselina da Silva, aos professores Edson Borges e João Carlos Nogueira. E aos-às membrxs do GEPE-CONJUNTURA NACIONAL E LUTA CONTRA O RACISMO. As discussões frequentes e o entusiasmo de sempre foram decisivos para o amadurecimento dessas reflexões.

*É missão do Movimento Negro construir uma identidade política que considere as questões de gênero, raça, e classe e seja capaz de ampliar a luta contra o racismo na perspectiva de contribuir para a transformação da sociedade. (Trecho do livro **Traçando Diretrizes: Relatório do 1º Seminário de Planejamento Estratégico da CONEN-Coordenação Nacional de Entidades Negras**-Aracajú. SE. 4-8 de maio de 1994).*

É um equívoco pensar no Movimento Negro Brasileiro apenas como resposta ao racismo. Queira ou não, saiba ou não, a militância negra não cuida mais apenas de si e dos seus – Tudo é seu!

A questão racial está no cerne do sistema de poder e de valores e refina a reprodução do abismo de desigualdades sociais. Ao rasgar esse véu o Movimento Negro chamou para si a responsabilidade de compartilhar, graças ao acúmulo de lutas e massa crítica, e como garante moral, perspectivas de aprimoramento do Estado e da sociedade brasileira (PEREIRA, 2012).

A intenção desse artigo é contribuir para estimular reflexões sobre a questão racial como estruturante das relações de poder e valores intrínsecos à formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. E discutir este problema social e histórico, como um fator constitutivo das insuficiências, que permitiram nos últimos anos tamanha reversão no quadro político-institucional.

Pode-se pensar que foram insuficientes a vasta e inédita rede de políticas públicas de redução da pobreza e da miséria, e, de um impulso, também inédito, de ascensão social de amplas camadas sociais, antes marginalizadas e estigmatizadas, inauguradas sob a égide de um partido político surgido de lutas sociais – tudo isso reconhecido nacionalmente e internacionalmente. Ou dos êxitos econômicos e da conquista de patamares superiores em quase todos os ramos da economia, e nas relações internacionais, de um auspicioso protagonismo junto a organismos multilaterais, como o exemplo das ousadas proposições do Mercosul e da criação dos BRICS. Até que a vaga de problemas decorrentes da crise

econômica mundial iniciada em 2008 atingisse a economia brasileira, a partir de 2012-13, e se aprofundassem sucessivos desajustes-desacertos-desacordos entre os comandos e na base dos setores progressistas.

No rol de insuficiências pode-se problematizar as análises de incontáveis pensadores sociais e de lideranças intelectuais e políticas, acadêmicos ou não.¹ Porque, em seu amplo e diversificado conjunto, não deram conta da geração de estratégias e ações junto ao amplo espectro do que se pode designar setores mais progressistas (instituições e grupos sociais difusos, lideranças e ativistas políticos em geral, cujo compromisso programático e proclamado é enfrentar/eliminar o abismo de desigualdades sociais). Também a ausência (deliberada ou não) de diálogos entre esses pensadores e

¹ Referências obrigatórias, discussões travadas entre a intelectualidade progressista. Artigos, eventos e vídeos de, por exemplo, Jessé Souza, André Singer, Wladimir Safatle, José Luiz Fiori, Luíz Felipe Miguel, Marilena Chauí, e tantos outros e outras, veiculados por livros e revistas, amplamente difundidos por blogs e sites, e nas chamadas redes sociais, via internet.

ativistas e aqueles vistos como liberais, que também se vêem como progressistas, favoreceu sucessivos êxitos do conservadorismo e da agenda neoliberal. Daí ter sido insuficiente o ardor das palavras de ordem e combatividade do ativismo: Desde 2014, o universo das forças progressistas, questionando prioridades, volumes e intransparências dos gastos públicos para tais megaeventos assumiram as palavras de ordem: “Não vai ter Copa”! “Não vai ter olimpíada”! “Não vai ter golpe”! A despeito das proclamações, tudo aconteceu!!!

Evidente o peso dos interesses econômicos neoliberais para o golpe de 2016², e para as derrotas sucessivas sofridas pelos setores progressistas. Assim como são potentes as narrativas sobre o golpe articuladas pela mídia hegemônica e outros importantes vetores ideológicos, que o apresentam como *impeachment*, envolto numa “aura” de legalidade, em linguagem e referenciais jurídicos-institucionais ardilosos. Para Luíz Felipe Miguel (2016: 31-32):

O golpe político, no Brasil, foi desferido a jato. Mas sua preparação levou anos, com o trabalho de deslegitimação dos governos eleitos, levado a cabo pela mídia, pelos institutos privados destinados à disputa ideológica e pelos movimentos pretensamente “espontâneos”, mas que, como já está comprovado, foram financiados e treinados por fundações estadunidenses... O Supremo Tribunal Federal, suposto guardião da Constituição,

permanece inerte; na verdade, são volumosas as evidências de que muitos de seus integrantes foram partícipes da trama para afastar a presidente.

Necessário, também, considerar a repercussão no Brasil da vaga de conservadorismos (é conservadora a maioria de membros do parlamento recém-eleito), agências e mecanismos institucionais antidemocráticos, que se valem das possibilidades de produção, manipulação e falsificação de notícias, eventos, ideias, propiciadas pelo extraordinário avanço das novas tecnologias. Decisivas foram as mistificações e ações deletérias de personalidades notórias, com destaque para Eduardo Cunha presidente da Câmara dos Deputados, menos motivadas ideologicamente, do que por vantagens materiais (financeiras e patrimoniais), advindas de cargos e funções junto a órgãos e mecanismos de poderes do Estado. Mas, com certeza, não estavam e não estão “sozinhos em campo”. Não foram os únicos sujeitos e todos os demais agentes, objetos de sua ação.

Importante questionar lacunas e insuficiências em programas, em planejamentos, em estratégias e ações efetivas, jeitos e tons, como se desenrolaram os momentos únicos, ao longo da História do Brasil, em que a presidência da República era ocupada por um operário, e adiante por uma mulher notoriamente combativa e austera – “dura”, como corriam os comentários. Pela primeira vez, muita gente “vinda de baixo”, com perfil, trajetórias e relações pessoais e sociais, com características físicas e de formação e perspectivas políticas demais diferenciadas do que sempre foi a “tradição” em espaços e contextos de poder da República, circulavam desenvoltamente em órgãos, reuniões,

² A referência é ao golpe político-parlamentar-midiático – assim visto por muitos analistas, ex: SOUZA, 2017 – que resultou na deposição da presidenta Dilma Rousseff, por improbidade administrativa, em 2016. Ela havia sido reeleita, pelo Partido dos Trabalhadores, para um segundo mandato consecutivo em 2014.

eventos de governo e nos três poderes de Estado. Alguns-umas desses e dessas formalmente em situação de comando e poder.³ Inegável que tal situação era insuportável para as oligarquias e altos corporativismos encastelados “desde sempre” nos intestinos do Estado. Pode ter havido exceções em outros momentos,⁴ em alguns espaços e esquemas de poder: raríssimas mulheres, homossexuais não assumidos, negros, de preferência com pele mais clara, cabelos raspados ou “disfarçados”, linguagem, hábitos e jeitos discretos, maneirosos, reverentes... Mesmo durante a ditadura civil-militar. Mas entre 2003 e 2016 foi uma dose exagerada!⁵ Nunca antes as

³ Particularmente em alguns ministérios “sociais” (vistos como ideológicos e não centrais – a SEPIR, a SPM, a Fundação Cultural Palmares). Mas, também, alguns espaços nos Ministérios da Educação e da Justiça, no Ministério das Cidades, do Desenvolvimento Agrário.

⁴ Lembro de referências, entre a militância negra do Rio de Janeiro a Otávio Rainho, presidente do IBC-Instituto Brasileiro do Café – 1979-1984. Um diplomata que cumpriu missões importantíssimas em missões internacionais, e foi embaixador em diversos países africanos. Procurei e não encontrei sequer uma foto sua, apesar de longo verbete com seu nome no site do CPDOC-FGV. Também Raimundo Souza Dantas, funcionário público e escritor era sempre referência de negro “visível”, próximo a espaços de poder. Nomeado por Jânio Quadros, foi o primeiro embaixador negro – em Gana. Ver:

<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/raimundodantas>

⁵ Parlamentares e assessorias negras, cresceram exponencialmente. Em 2003 foi realizado pela Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, no Congresso Nacional, o I Encontro de Parlamentares Negras e Negros das Américas e do Caribe. E três ministérios eram ocupados por 2 mulheres e um homem negros, além de incontáveis cargos comissionados no MEC, no Ministério da Justiça, no Ministério da Cultura. Esse nível de representatividade política vem crescendo. Nas últimas eleições foram eleitos 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos

“elites” empresariais, burocráticas e corporativas, precisaram tolerar aquelas presenças, posturas e olhares, eventualmente comandos formais, durante tanto tempo, em tantos lugares, tão ostensivos! “Onde aquilo iria parar”?

Certamente isso foi um forte ingrediente para a tamanha reversão. Por que tantas oportunidades – a presença de novos valores e energias – não foram suficientes para impedir a reversão?

Esse trabalho se esforça por problematizar as oportunidades perdidas ou pouco aproveitadas, de parte de governos e instituições progressistas, ao longo dessa experiência de hegemonia política nacional e em muitas regiões e localidades, devido às formas, às dimensões e intensidade, e a pouca seriedade como foi enfrentada a questão racial.

É reconhecidamente um risco discutir fenômenos sociais “em cima dos fatos”. Fica mais difícil concatenar múltiplos contextos, sentidos e significações, quando ainda “arde o fogo das paixões” e não se assentaram minimamente as tensões possíveis de embaçar motivações, causalidades e casualidades. Desfavorece, também, a coisa importante de calçar informações com fontes e referências, em geral ainda opacas, dispersas, descontínuas. Ao contrário de intimidar, tais dificuldades podem ser tomadas como alertas permanentes, incentivando o esforço de produzir conhecimento, com mais

deputados estaduais eleitos em 2018. Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/41114-camara-abre-encontro-de-parlamentares-negros/> Nas eleições municipais de 2016, eram 42,1% dos vereadores eleitos eram negrxs. Ver <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consiencia-negra-numeros-brasil/>. Para visão mais ampla e completa desse processo ver a tese de doutorado de Matilde Ribeiro, ministra da igualdade racial 2003-2008.

acuidade e responsabilidade. Medos de errar não devem funcionar como obstáculo ao avanço de melhor compreensão.

O impulso e o cerne dessas análises decorrem de percepções auferidas em diferentes espaços e oportunidades, no âmbito do Movimento Negro e em interfaces com outros segmentos de lutas sociais, e de vivência política-acadêmica, debates, atividades de planejamento e gestão, e de realizações – tudo amplamente e intensamente compartilhado. Subjetividade e perspectivas são marcas indeléveis em toda escrita! Vale aqui o conceito de escrevivência, cunhado pela literatura de Conceição Evaristo⁶ – a proposição é compartilhar esforços analíticos e epistêmicos, capazes de ferir de morte a cultura do racismo e os prejuízos que a mesma determina. Esses esforços dialogam com visões de outros agentes diretamente envolvidos na construção das Políticas de Igualdade Racial, ao longo do ciclo de governos progressistas, como foi o caso de Martus das Chagas, secretário adjunto da SEPPPIR, que assumiu interinamente após a queda da Ministra Matilde Ribeiro, em 2008.

Nossa presença [dos negros] no governo federal vem desde a criação da Fundação Cultural Palmares (1988), que tem 20 anos, e intensificou-se com a criação da SEPPPIR, há nove anos. A partir dessas experiências passamos a cumprir de maneira mais ampla uma outra função, a de gestores

⁶ “De certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções”. Entrevista em <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>

públicos. Algumas centenas de pessoas negras passaram pela experiência de serem gestores federais ou locais em cargos de visibilidade. Mas esse número pode e deve ser maior, depende da embocadura que nós possamos dar nos debates e negociações políticas. Mas a ampliação é fato, é um caminho sem volta. Vale repetir a frase dita pelo presidente Lula: “Nunca antes na história desse país, nós tivemos tantos negros na administração pública” (apud Abreu e Tible, 2012: 47).

Assim como as vitórias, derrotas políticas, ainda mais tão inesperadas, avassaladoras, desequilibrantes, têm história e contexto.

Breve histórico e contexto

Uma República racial

Um ano e meio após a abolição e queda da monarquia foi proclamado o regime republicano no Brasil, em meio a pequenos e atenuados conflitos e rearranjos institucionais entre as forças políticas e no comando da vida econômica. Em termos sociais é que aconteceria um esforço inédito de transformação: a república incrementou um colossal programa de políticas públicas de mudança demográfica da população brasileira – a imigração europeia. Basta ver o decreto lei 528 de 1890:

É inteiramente livre a entrada nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, exceptuados os indígenas da Ásia e da África. (apud VAINER, 1990).

Importante considerar a desproporção entre pretos e mestiços (hoje categorizados como pardos) que constituíam a grande maioria, e brancos

nos censos de 1872 e 1890.⁷ Evidentes, então, as razões do excepcional esforço político, econômico, logístico, de sucessivos governos brasileiros “republicanos”, assediados para substituir a população negra como principal matriz formadora da sociedade.

Nas primeiras décadas do século XX era forte entre a intelectualidade a ideia de que a raça negra e seus descendentes seriam seres biologicamente degenerativos. Fosse ou não, urgia branquear a população majoritariamente negra e mestiça, vista pela ótica das doutrinas do racismo científico e do darwinismo social, como não eugênica, incapaz de construir civilização nos moldes daquela que emergiu com a chamada modernidade no ocidente europeu. A crença predominante era de que o sangue branco “lavaria a mancha negra” profundamente entranhada na formação social.⁸ Seletiva e conveniente apropriação e ressignificação pela quase totalidade da intelectualidade brasileira, de teorias racialistas predominantes no ocidente europeu e nos Estados Unidos a partir dos meados do século XIX.

No Brasil tais ideias influenciaram a quase totalidade dos intelectuais, entusiasmados pela pregação da

eugenia, de marcante influência sobre o chamado Pensamento Social Brasileiro. Aos poucos, vem adquirindo notoriedade o emblemático **Congresso Brasileiro de Eugenia-RJ-1929**: cerca de 140 intelectuais brasileiros, entre os mais influentes e de variados ramos das Ciências, reunidos durante mais de uma semana. Como menosprezar a importância daquele Congresso e do contexto intelectual-institucional e político no qual foi organizado, para a concepção, planejamento e execução de políticas públicas de educação, saúde, segurança, habitação, e outras, e seus desdobramentos na vida social?⁹ No entanto ausente/omitidas nas mais difundidas interpretações sobre a “primeira República”! Apesar de anais e visões sobre seu significado estarem disponíveis na internet, ainda carecemos de análises mais aprofundadas sobre sua influência sobre os mecanismos de poder do Estado republicano que se formava.

E uma “Democracia Racial”!

Conforme avançavam os anos 1930 perdiam força as ideias eugenistas-arianistas. Primeiramente com a percepção de que, ao invés de degeneração, aquela população se desenvolvia e pressionava por direitos e reconhecimento, e produzia talentos em todas as áreas da vida social.¹⁰ Segundo

⁷ Entre muitas outras referências, como o site MEMÓRIAS IBGE, ver a discussão feita por José Honório Rodrigues, no cap. 10 da parte II, **Aculturação e Nacionalização dos Imigrantes**, do livro *Aspirações Nacionais: Interpretação Histórico-Política*. Para ele o imenso esforço econômico e logístico da imigração europeia, para o branqueamento da população não deu os resultados desejados para as elites dominantes, apesar de o percentual de brancos ter saltado de 1/3, para 2/3, entre 1872 e 1940.

⁸Para conhecer melhor as doutrinas do racismo científico, ver Hofbauer (2006), Polyakov (1974), Banton (1976). Sobre a influência no pensamento social brasileiro, SEYFERTH (1996)

⁹ Anais e visões sobre o Congresso Brasileiro de Eugenia, disponíveis em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9788. <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1295.pdf>.

e http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resource/anais/8/1276697830_ARQUIVO_MedicinaeSociedadenoICongressoBrasileirodeEugenia.pdf.

¹⁰ Essa coleção de vídeos artísticos-profissionais apresenta talentos negros em todas as áreas da vida social brasileira: <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/episodios> – precioso para a argumentação desse trabalho a escolha do enredo de 2020 do GRES

que a Revolução de 30, desequilibrando as relações de poder e remexendo valores tradicionais, inaugurou mobilização inédita em função da valorização do **ser** brasileiro: a mestiçagem (pensada como uma etapa para o branqueamento) passava a ser vista como uma característica positiva e fator de unidade nacional.

Inegável, nesse contexto, a importância de Gilberto Freyre e do seu livro “Casa Grande e Senzala”, de 1933. O pensamento de Freyre, influenciado por correntes inovadoras da antropologia nos EUA e na Europa, que questionavam a ideia de raça referida às Ciências Naturais (a biologia) “pulou fora”¹¹ do arianismo e impactou a intelectualidade ao valorizar a mestiçagem como marca da nascente civilização brasileira. Além disso, enaltecia a presença negra desde os primórdios da colonização induzindo a visão de que no Brasil de colonização portuguesa a escravidão teria sido benfazeja, com relativa proximidade entre as raças e um nível de “*mestiçagem redentora*”, estabelecendo um “*equilíbrio de antagonismos*” de tendência harmonizadora. Para Freyre, tudo acontecera ao contrário da colonização e escravização anglo-saxônica, na qual a segregação e os conflitos seriam a norma.

Aquela construção teoricamente inovadora e literariamente sofisticada de Freyre fortaleceu desejos antigos e

Salgueiro, das mais importantes escolas de Samba do RJ: Paulo Benjamin de Oliveira (1870-1954), que revolucionou a história do circo e teatro no país.

¹¹ COSTA LIMA (1989), ARAÚJO (1994), e AGUIAR MEDEIROS (1984), por exemplo, são trabalhos importantes, cujas qualidades e diferentes posturas ideológicas ajudam a situar a obra de Freyre no seu tempo, e a refletir sobre sua duradoura influência política, acadêmica e na vida social.

enrustidos, até mesmo entre segmentos da intelectualidade, já de si muito mestiçada. Assim foi tomando forma a idealização de um diferencial positivo na relação entre as raças no Brasil, comparando com o que acontecia em outras sociedades: o que veio a ser conhecido como democracia racial. Idealização tão sedutora prosperou e se incrustou no imaginário de todas as classes e cores brasileiras, mesmo que fossem flagrantes as desigualdades decorrentes de preconceitos e discriminação raciais. O desejo de que, realmente, houvesse igualdade alimentou e passou a funcionar como um mito, incensado insistentemente por políticas de Estado, por setores intelectuais eminentes e pelos meios de comunicação, além de currículos, materiais e eventos escolares e institucionais.

Daí uma dificuldade da luta contra o racismo se instituir, desenvolver e adquirir visibilidade. Silêncios e desatenções eram as normas, em relação às demandas de organizações negras em quase todas as grandes cidades brasileiras.

O silêncio e disputas teóricas sobre a questão racial

Lamentável a invisibilização da questão racial, da militância negra e do antirracismo, até bem recentemente, em quase toda produção historiográfica e sociológica sobre as lutas sociais no século XX – apesar de Florestan Fernandes! Esse autor, cuja obra é referência na formação sociológica no Brasil, morreu em 1995, sem ver o racismo e a luta contra o racismo serem considerados fundamentais para melhor compreensão da nossa sociedade. A primeira edição do seu clássico *A integração do negro à sociedade de*

classes, pela USP, é de 1965¹². Um livro de mais de 700 páginas, no qual aprofundou as análises da pesquisa financiada parcialmente pelo célebre projeto UNESCO, no início dos anos 1950¹³. Aí aborda a situação dos prejuízos raciais em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX. “*Os movimentos sociais no meio negro*”, o maior dos capítulos, deu visibilidade às instituições negras e seus agentes, às suas denúncias, ideias, realizações, conquistas e perspectivas. Florestan pretendia analisar “a emergência de um povo na história”, conforme se refere à trajetória das lutas negras, em São Paulo pós escravidão. Discutindo a questão racial, ele escreveu ainda: *O negro no mundo dos brancos* (1971), *Circuito Fechado* (1979), e *O significado do protesto negro* (1989). Nesses, além de ampliar e densificar o leque de discussões sobre o racismo e o Movimento Negro, expressa com toda força seu engajamento antirracista.

Diferente foi a metodologia e a teorização de Costa Pinto (1998), pesquisador escolhido para pesquisar o negro no Rio de Janeiro, no âmbito do mesmo Projeto UNESCO. Esse sociólogo, a despeito de uma obra quase

toda de alta qualidade, se indispôs e pretendeu desqualificar o protagonismo da militância negra “de novo tipo”, argumentando da impertinência do antirracismo no contexto brasileiro. Para ele, mais importantes eram as associações negras “tradicionais” de características culturais. Aí se encontrava a maioria de negros pobres, capazes de fortalecer a luta de classes, vista por ele como realmente importante. Não é aqui o lugar de expor as polêmicas desencadeadas por esse trabalho. Vale anotar, no entanto, a investida de Guerreiro Ramos (1995 [1957]), dos mais prolíficos e polêmicos sociólogos de seu tempo, participante no TEN-Teatro Experimental do Negro, e adversário pessoal, acadêmico e político de Costa Pinto.¹⁴ Além de criticar acidamente autores dos chamados Estudos Afro-Brasileiros, cujo foco era o negro sua culturalidade e “exotismos”, em seu livro *Introdução crítica à Sociologia brasileira*, denunciava a “tematização do negro e não do racismo”, como uma “patologia social do branco brasileiro”. Importante, também referir o livro *O negro revoltado*, uma coletânea de textos de diversos congressistas que expõem suas visões a respeito do preconceito e da discriminação racial, e apontam diferentes estratégias para enfrentá-los. Esse livro foi organizado por Abdias do Nascimento, principal liderança do TEN, e aí ele denuncia Costa Pinto, que fora convidado a presidir uma das mesas do CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO realizado em 1950, no Rio de Janeiro e, ao final, desapareceu com documentos do mesmo.

¹² Florestan assinou o prefácio às vésperas do golpe de 1964.

¹³ Florestan havia publicado com Roger Bastide (antropólogo francês, seu mestre e parceiro na pesquisa), um relatório inicial, em 1953 – *Branços e Negros em São Paulo*. O projeto UNESCO de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil foi realizado por vários autores brasileiros e estrangeiros, nos inícios dos anos 1950, em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Tinha como objetivo “*determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos*”. Seu legado constitui um vasto levantamento sobre o preconceito e a discriminação racial, mostrando a estreita relação entre a condição social e econômica e a cor ou raça no Brasil.

¹⁴ Boa discussão (ainda que tome o partido do segundo) sobre as rusgas políticas e acadêmicas entre Guerreiro Ramos e Costa Pinto podem ser vistas em CHOR MAIO (1997).

Como essas há muitas disputas políticas e teóricas-ideológicas sobre a questão racial.

O livro de Carlos Hasenbalg (1979), “*Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*”, por exemplo, é considerado um marco na problematização do mito da democracia racial. Utilizando metodologia quantitativa demonstra que preconceito e discriminação raciais não deveriam mais ser vistos como “resíduos da escravidão”, como escrevera Florestan Fernandes. Funcionavam, isso sim, como o principal mecanismo de reprodução das desigualdades sociais. Para ele, a exploração de classe é articulada com a opressão racial, limitando ao negro o reconhecimento social e o acesso a melhoria de condições materiais. Mais de uma década depois do lançamento de seu trabalho, no entanto, Hasenbalg se sentia um tanto desanimado com o fato de que os Estudos de Relações Raciais estavam relegados a um gueto acadêmico. Ele comenta numa nota, falando sobre os meios intelectuais à volta das “*celebrações do centenário da abolição*”:

Constate-se apenas a desinformação e o descaso quase geral dos intelectuais de todas as convicções políticas a respeito da questão racial e do racismo no Brasil. Muitos congressos, seminários, debates e publicações movimentam a comunidade acadêmica, principalmente os historiadores, em torno do período escravista, da abolição e da transição para o trabalho livre, seguindo-se em importância o tema da cultura negra. A História social do negro no Brasil depois da abolição foi assunto quase totalmente negligenciado. (HASENBALG, 1997: 23)

Também importante para melhor observação das disputas teóricas-políticas-ideológicas sobre a questão racial é a leitura dos anais do Seminário Multiculturalismo e o papel das ações afirmativas nos Estudos contemporâneos, realizados em Brasília, no Ministério da Justiça, em 1996. Naquela oportunidade – novamente apresentada adiante – ficaram evidentes os conflitos teóricos-ideológicos e políticos (que algumas vezes transbordaram em grosserias e enfrentamentos diretos), tratados nessa parte do trabalho.

Aqui, também, uma boa oportunidade de questionar o silêncio sobre Clovis Moura (1925-2003)! Como em toda a obra é emblemática sua postura teórica-política-ideológica em *O Negro: de bom escravo a mau cidadão?* O autor – que se assumia como “o quilombola da historiografia” – problematiza silêncios e distorções historiográficas a respeito das trajetórias do ex-escravo, e as omissões do chamado “pensamento social brasileiro”, em relação às agruras vividas por aquele imenso contingente humano, devidas ao preconceito racial no período pós emancipação. Oportuno ainda, lembrar o primeiro livro publicado desse autor: *Rebeliões na senzala*, de 1972 [1959]. Nesse trabalho, Moura, pioneiramente, inaugura a célebre discussão sobre subjetividade e protagonismos negros durante o regime escravista e no pós-emancipação, que só nos anos 80 iria interessar à historiografia acadêmica em nosso país. Para ele, era imprescindível considerar as lutas de escravizados contra a escravidão – Quilombos, Revoltas, Guerrilhas, e outras – como constitutivos da história da escravidão e da formação brasileira.

Dois outros episódios ajudam a pensar as disputas aqui abordadas. O primeiro

se refere ao flagrante de discriminação racial, por uma moradora, contra a filha do governador do Espírito Santo, Albuíno Azeredo, que morava no mesmo prédio, reportado pela revista VEJA, de 7 de julho de 1993. Michael Hanchard – *brasilianista* estadunidense que fizera seu doutorado sobre o Movimento Negro Brasileiro nos anos 80 – escreveu um artigo, no qual diz que aquele episódio representou “*mais um prego no caixão da ideologia da democracia racial no Brasil*”. Foi veementemente contestado por Peter Fry, eminente cientista social inglês, que fora chefe da Fundação Ford no Brasil e era, à época, professor do IFCS-UFRJ. Para ele, Hanchard (1996) pecava pelo uso inadequado de categorias raciais que fazem sentido nos EUA, mas não no Brasil, e quase ao final diz: “*O universalismo continua forte no Brasil, na sua constituição e na idéia da democracia racial, mesmo se há sinais (se Hanchard e Skidmore têm razão) de uma crescente polarização no país.*”¹⁵ Peter Fry, coerentemente, foi um dos mais combativos intelectuais anti-cotas, quando veio a “era das ações afirmativas”.

O segundo episódio envolveu Pierre Bourdieu e Loic Wacquant. Eles escreveram um texto “*As artimanhas da razão imperialista*”, discutindo a hegemonia “imperialista” das Ciências Sociais estadunidenses, e escolheram a tese de doutorado de Michael Hanchard, “*Orfeu e Poder...*” (2001), como um exemplo desse exercício. Semelhante ao argumento de Peter Fry, para eles era inadequada a aplicação, no Brasil, de categorias raciais criadas no contexto norte americano. Essa polêmica, quase que restrita ao “gueto” dos Estudos de Relações Raciais, rendeu muitos

debates e até uma edição extra dos Cadernos de Estudos Afro-Asiáticos.¹⁶ Mesmo que Bourdieu e Wacquant insinuassem certa desconsideração pelas Ciências Sociais no Brasil, que seriam reféns daquela proeminência imperial.

Além de Hanchard é extensa a lista de *brasilianistas* que marcaram presença nessa discussão. Desnecessário referi-los – são muitos, abordagens, metodologias, períodos e regiões, muito diferentes – e alongaria mais ainda um trabalho já demais extenso. Vale, no entanto, registrar que suas obras ficaram sempre restritas aos “iniciados” nos problemas e nos estudos de relações raciais, embora questionassem os silenciamentos e omissões das Ciências Humanas no Brasil, em relação às questões apontadas.

O reconhecimento dos esforços de Flavio Gomes, historiador negro e professor no IFCS-UFRJ, e de um grupo cada vez maior de pesquisadores engajados, em pensar e visibilizar o “abandono da população negra” entregue à sua própria sorte no pós-emancipação, é a melhor maneira de encerrar esse tópico sobre silenciamentos e disputas teóricas sobre a questão racial. Fazendo pesquisas, escrevendo artigos e organizando livros com parceiros e parceiras eles tem enfrentado com êxito, omissões, descasos, descuidos epistemológicos, e vem contribuindo imensamente para suprir essa deficiência da historiografia brasileira do século XX e inícios do XXI. É o que fica evidente na apresentação do livro *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e do pós-emancipação no Brasil*, um dos que Flavio dos Santos Gomes organizou com Petrônio Domingues:

¹⁵ Revista USP, São Paulo (28): dezembro/fevereiro 95/96, págs. 122-135,

¹⁶ Ver Estudos Afro-Asiáticos ano 24 n° 1, RJ, 2002.

“Os estudos sobre pós-abolição foram relegados, um quase silêncio... A historiografia do Brasil moderno (a saber, da República) até há bem pouco tempo negligenciou as vinculações dos processos – urbanização, industrialização, “mundos do trabalho”, relações de gênero, modernidade, questão agrária, pensamento social, cultura política, campesinato, cidadania, direitos humanos, por exemplo – com a dimensão mais ampla do pós-emancipação, seu legado e seus principais sujeitos (GOMES e DOMINGUES, 2014: 7)

A instituição do Movimento Negro e a nova conjuntura

Fato é que com os avanços da luta contra o racismo a partir dos anos 70 isso vem mudando. A partir daí uma militância negra ressurgiu quase simultaneamente em todas as regiões brasileiras, com novas ideias e circunstâncias, incentivadas por uma conjuntura nacional e internacional favoráveis. A situação interna era complexa: por um lado, a tensão em relação aos órgãos de informação do regime militar. Por outro, talvez pelo fato da demanda antirracista representar uma “novidade” pouco compreensível para a repressão da ditadura, parecia haver mais liberdade de organização e ação devido à obsessão anticomunista com foco nas formas “tradicionais” de luta política, que limitava a ação e influência da chamada política progressista.¹⁷ E internacionalmente o Movimento Pelos Direitos Civis, nos EUA, as insurgências de Martin Luther

¹⁷ Ver Marize Conceição de Jesus (2015), que aborda a importância e características da militância negra durante a ditadura militar. Também Raquel Barreto (2005) teve acesso a documentos sobre ativistas e as organizações do movimento negro nos arquivos dos fichários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro.

King, de Malcom X, de Mohamad Ali e a saga de Ângela Davis, foram importantes referências de luta antirracista, que instigavam a militância negra brasileira. Assim como era também influenciada pelos ecos e sentidos da descolonização africana e das lutas de libertação africanas, principalmente nos países de língua oficial portuguesa.

Hoje é vasta a produção de conhecimentos a respeito do que veio a ser conhecido contemporaneamente como Movimento Negro Brasileiro. Novas pesquisas e eventos, acadêmicos ou não, lançam luz sobre a importância de diferentes formas de resistência cultural e protagonismos políticos em todas as regiões do país.¹⁸

Para uma visão mais ampla e analítica daquele processo ver, entre outros, PEREIRA (2008 e 2013), PEREIRA e ALBERTI (2007), DOMINGUES (2007), RIOS (2014). PEREIRA (2013) escreveu sobre a circulação dos referenciais de lutas negras no Atlântico Negro. Fundamental essa referência, para rechaçar visões de que o movimento pelos direitos civis nos EUA teria influenciado negros brasileiros, e só assim surgiria o Movimento Negro no Brasil. Esse autor, em pesquisa de rara felicidade, encontrou evidências de “influências” do Movimento Negro Brasileiro sobre militantes negros norte-americanos, em jornais negros norte-americanos... nos anos 1930!

A criação do Movimento Negro Unificado, em 1978 (GONZALEZ, 1983); a multiplicação de incontáveis

¹⁸ Exemplos, entre muitos: CARDOSO (2003), BENTES (1993) CONCEIÇÃO (2017), OLIVEIRA SILVEIRA (2003), O negro em Sergipe (2004), GIANE ESCOBAR (2010), EXALTAÇÃO (1993), SILVA (2009), SILVA (2005), CONCEIÇÃO (1988).

entidades negras em toda parte do país; as Marchas de 1988 (manifestações de vulto, críticas do centenário da abolição, realizadas em várias cidades de todas as regiões brasileiras)¹⁹; o Encontro Nacional de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro, em 1988 (SILVA, 2014); o I ENEN-Encontro Nacional de Entidades Negras-SP-Novembro/1991; e a Marcha Nacional do tricentenário de Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo-pela cidadania e a Vida-Brasília-1995²⁰; esses eventos costumam ser referenciados como marcos da emergência e consolidação do Movimento Negro Brasileiro nas décadas finais do século XX.

Desde os anos 1980 se abriam espaços “de negros”, de “cultura negra” ou de “cultura afro-brasileira”, de “combate ao racismo”, junto a governos (os Conselhos do negro), e em diferentes setores da sociedade – partidos políticos, movimentos sociais, comunidades religiosas, e outros.²¹ A propagação e capilaridade da ideia de Consciência Negra – valorização do negro e das culturas de matrizes africanas, e impulso para enfrentamento do racismo – no tecido social, e a crescente presença de homens e mulheres negros em espaços políticos

institucionais e de mídia, impactava a vida social. Era flagrante o descompasso com a “tradição” (verdadeiro tabu) de silenciamento e/ou contenção de visões críticas sobre a questão racial.²² Pesquisadores e segmentos acadêmicos críticos da noção de democracia racial, amplamente disseminada na sociedade, responderam positivamente e constituíram um subcampo acadêmico de Estudos de Relações Raciais, que se afirmava e ainda se afirma, interdisciplinarmente, no âmbito das Ciências Humanas.²³

A partir dos anos 90, cresce a importância do chamado 3º setor e da presença da cooperação internacional – há forte consenso sobre a importância da Conferência Mundial do Meio Ambiente-ECO 92-RJ, para esse novo “clima” – e isso abre mais oportunidades para o incremento de organizações negras e para a luta contra o racismo. Aos poucos, o modelo de entidades e militância negras vai mudando. Marcio André Oliveira dos Santos (2005), analisando essas mudanças, a conjuntura interna e

¹⁹ Vídeo a Marcha e a Farsa, no Rio de Janeiro: <https://www.youtube.com/watch?v=y74IDa8KyXc>

²⁰ Jornal da Marcha 1995 - <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PJOMASP10199500X.pdf>

²¹ Criação da Sec. de Combate ao racismo-CUT 28.05.1983– Pastoral de Combate ao Racismo na Igreja Metodista <http://www.metodista.org.br/posts/pastoral-do-combate-ao-racismo> – APN-Agentes de Pastorais Negros <https://www.geledes.org.br/agentes-pastoral-negros-do-brasil-celebram-30-anos-de-historia/> e GRUCONs-em Igrejas Católicas de todo Brasil <https://prosas.com.br/empreendedores/10226-grupo-uniao-de-consciencia-negra>

²² Exemplos no Rio de Janeiro, com ampla repercussão nacional: Os sambas de D. Ivone Lara e Delcio Carvalho, *Sorriso Negro*, e *Coisa de pele*, de Jorge Aragão e Acyr Marques, ambos dos anos 80. Assim como os enredos dos GRES Mangueira (*100 anos de Liberdade: realidade ou ilusão*), e Vila Isabel (*Kizomba festa da raça*), também podem ser vistos como resultado da capilaridade da ideia de Consciência Negra.

²³ Além de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva, alguns resultados de coletivos: O lugar do negro na força de trabalho (GARCIA DE OLIVEIRA et al, 1985): pesquisadoras do IBGE, que decidiram visibilizar dados antes menosprezados (ocultados?) na instituição – Também o Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas 1987 Acessível em <https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/04/Caderno-de-Pesquisa-63-menor.pdf> – E a Revista Proposta. FASE, nº 51, novembro/1991.

externa, e a partir de entrevistas com lideranças negras daquele período, fala da *Onguização dos Movimentos Negros*.

Na virada do novo milênio culminava esse longo processo, intenso, cada vez mais amplo, e muitas vezes conflituoso, de articulações entre uma militância antirracista capitaneada pelo Movimento Negro e setores do Estado e da sociedade civil, em todas as regiões. E a questão racial galgou importância inédita na agenda política nacional.

Tornaram-se agudas, também, as reações que se insinuavam há algum tempo e em diversas oportunidades, em quase todos os setores da sociedade. Ao longo dos anos 90 houve certo refluxo das programações de rádio e TVs, coberturas jornalísticas, proclamações intelectuais e artísticas... Como uma “ressaca” pós-centenário da abolição, quando quase todos os setores da sociedade se mobilizaram “solidários aos negros” lembrando a escravidão, e “comemorando a abolição”.²⁴ No âmbito acadêmico, por exemplo, estudiosos que ajudaram a instituir o subcampo acadêmico dos Estudos de Relações Raciais se assustaram e romperam com antigos parceiros e parceiras. As relações político-acadêmicas que, de uma maneira geral, eram boas “fugiram ao seu controle” no

momento em que a ideia de Consciência Negra crescia como consciência social, e as novas interpretações da questão racial alimentaram a ação política do antirracismo e o protagonismo do Movimento Negro.

Iniciado o novo século, a adoção de medidas de ações afirmativas em universidades públicas – principalmente através de cotas para ingresso de afrodescendentes e de estudantes pobres, que serão mais observadas adiante – tornaram agudos conflitos de ideias antigos, crônicos, profundos entre o antirracismo ostensivo e o antirracismo, digamos... “intelectual-retórico”.²⁵

- De um lado, a militância antirracista capitaneada pelo Movimento Negro, que granjeara vasta rede de alianças e acumulara consistência na crítica ao modelo de relações raciais. Argumentavam: sem ações afirmativas, como enfrentar os prejuízos raciais-sociais acumulados pela grande maioria negra, graças à “tradição” de se sentir “cega a cor” – na verdade cega à questão racial – comum à maioria de pessoas vistas e que

²⁴ No portal IROHIN <https://irohin.org.br/index.php/mem%C3%B3ria-negra-movimento-negro/content/38-artigos.html>, se encontra uma extensa listagem de matérias assinadas, colhidas por Edson Lopes Cardoso, em jornais de todo o país, nos dias 12,13 e 14 de maio de 1988. Por essa listagem (para o autor, “modesta pesquisa”) é possível avaliar o volume e diversidade, de eventos, de olhares, de características, relacionados ao centenário da abolição. Esse jornalista e professor defendeu na UNB em 1990, dissertação de mestrado em Comunicação Social intitulada “A celebração conflituosa do mito – uma leitura dos jornais do centenário da abolição da escravatura”.

²⁵ Há relatos de incontáveis debates sobre as cotas e ações afirmativas, em todas as regiões brasileiras. Apenas como exemplos de muitos outros: José Roberto Pinto de Góes, professor da Uerj publicou um artigo *Cotas, um remédio que é veneno*, no jornal O Estado de São Paulo 13 de abril de 2004 – Em 22.03.2006 José Goldemberg (ex-reitor da USP e ex-Ministro da Educação), e Eunice R. Durham (ex-secretária executiva do MEC), publicaram artigo, no mesmo tom indignado. http://www.universia.com.br/noticia/materia_clipping.jsp?not=29899

se vêm como brancas na sociedade brasileira?²⁶

- De outro lado, antirracistas mais discursivos que efetivos inquietos com a proeminência e “perda de controle” daqueles debates e ações. Denunciavam como racialistas a multiplicação de iniciativas e políticas públicas e privadas de ações afirmativas de caráter reparatório.²⁷

Como o conjunto de setores progressistas, declaradamente disposto a enfrentar as desigualdades sociais e históricas lidou com esse contexto ao assumir os espaços centrais do poder político na República?

A nova conjuntura

Feijão com arroz na sua culinária,
Ajudar quem tem situação precária,
Não fazer acordo com a parte
contrária
Nem demagogia com a classe
operária,
Gritar que tem gringo pintando na
área.
Gostar de partido igual tia Rosária
Isso é fidelidade partidária...

**Fidelidade Partidária – Wilson
Moreira e Nei Lopes**

²⁶ Importante, naquele momento, os dados trazidos por uma nova equipe de pesquisadores que assumira a direção do IPEA, e consolidavam a visão de que havia um abismo de desigualdades raciais, na continuidade da linha teórica e metodológica aberta por Hasenbalg. E que isso era um fator do sub desenvolvimento e da perpetuação de injustiças e desigualdades sociais, no Brasil. Ver JACCOUD e BEGHIN (2002)

²⁷ Em 2006 e em 2008 (Ver Folha de São Paulo, 14.05.2008) foram entregues manifestos contra e a favor das cotas – no Congresso Nacional e no STF.

A era das ações afirmativas

No que toca a mecanismos mais efetivos de enfrentamento da questão racial, houvera tímidas e frustrantes iniciativas governamentais entre 1995 e 2002.

Apenas como exemplos: em 1995 foi instituído pelo presidente da república o **GTI-Grupo de Trabalho Interministerial** e nomeado para cuidar de assuntos referentes à questão racial, coordenado por militantes negros, com destaque para o prof. Hélio Santos, próximos ao partido majoritário no governo. Foi uma resposta à **Marcha dos 300 de Zumbi dos Palmares: Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida**, que ocupara a esplanada dos ministérios, com mais de 30.000 militantes, em um dia inteiro de manifestações políticas, culturais e artísticas.²⁸

Importante, também, foi a organização de um seminário internacional “**Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos**”, realizado pela Sec. de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, em julho de 1996. Não é o caso aqui de analisar o contexto e a diversidade de pensamentos naquele evento, mas vale apresentar um trecho do discurso do presidente da república – sociólogo membro da famosa “Escola Paulista de Sociologia” e visto, então, como um especialista em relações raciais – fica evidente que Fernando Henrique Cardoso compreende as dificuldades da discussão sobre a questão racial, agora como governante, mas, desde longe, também entre intelectuais:

²⁸ Registro precioso: Comissão Executiva da Marcha de Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida. “*Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial*”. Brasília. Cultura e Gráfica editora. 1996.

Foi por isso que nós criamos um grupo interministerial - e o professor Hélio Santos está encarregado de animar esse grupo - para dar uma injeção de criatividade nas nossas práticas, inclusive nas práticas legislativas, nas práticas burocráticas, na maneira pela qual o Governo atua nessa matéria, que é matéria difícil de nela atuar, porque diz respeito a valores muito profundos e a interesses também; e diz respeito a situações que são inaceitáveis. A discriminação como que se consolida em termos de alguma coisa que se repete, que se reproduz. E aí não dá para o hipócrita também dizer: "Não, o nosso jeito não é esse." Não, o nosso jeito está errado mesmo, há uma repetição de discriminações, há uma área muito dura na inaceitabilidade do preconceito. Isso tem que ser desmascarado, tem que ser, realmente, contra-atacado, não só em termos verbais, como em termos de mecanismos e de processos que possam levar a uma transformação na direção de uma relação mais democrática entre as raças e entre os grupos sociais, entre as classes. Tudo isso tem que ser feito.²⁹

Outro exemplo foi a criação da Comissão de Diversidade, no MEC, 1999, cuja gestão também foi entregue a militantes negros e negras – com destaque para Jeruse Romão, professora

²⁹ Anais do evento e Biblioteca da Presidência da República – Discurso na abertura do seminário internacional -"Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos", pg. 50. [file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/02-07-1996%20-%20Discurso%20FHC%20no%20semin%C3%A1rio%20internacional%20sobre%20o%20papel%20da%20a%C3%A7%C3%A3o%20afirmativa%20nos%20estados%20democr%C3%A1ticos%20contempor%C3%A2neos%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/02-07-1996%20-%20Discurso%20FHC%20no%20semin%C3%A1rio%20internacional%20sobre%20o%20papel%20da%20a%C3%A7%C3%A3o%20afirmativa%20nos%20estados%20democr%C3%A1ticos%20contempor%C3%A2neos%20(1).pdf)

e uma das fundadoras do NEN-Núcleo de Estudos Negros de Santa Catarina.

O impulso ocorre, mesmo, a partir da adoção de cotas para acesso às universidades estaduais do Rio de Janeiro, por decreto sancionado pelo governo estadual, em 2002³⁰, implementado com muitos percalços; e depois na UNEB-2003 – esse, capitaneado pelo professor e militante negro Wilson Roberto de Mattos, nomeado pela Reitora Ivete Sacramento.

Ainda que tenha havido reivindicações legítimas do Movimento Negro baiano e de setores majoritários da comunidade acadêmica para que a medida fosse aprovada, assim como também houve manifestações contrárias, motivadas, quero crer, pela ignorância de uma minoria acerca dos fundamentos que legitimam social e academicamente a medida, posso afirmar com segurança que não houve ingerência de nenhuma natureza na decisão tomada pelo Conselho Universitário. As universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ E UENF) adotaram um sistema de cotas meses antes da UNEB. No entanto, a decisão foi imposta por um projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e sancionada pelo governador Anthony Garotinho através da Lei N° 3.708 de 9 de novembro de 2001. Portanto, não partiu de uma decisão autônoma das universidades. (MATTOS, 2014: 64-5)

Fundamental, aqui, uma digressão. É comum a referência à III Conferência Mundial Contra o Racismo, Durban-África do Sul-2001, como o ponto de partida da atuação governamental, em

³⁰ Leis estaduais 3524/01 e 3708/01

diversos níveis, institucionalizando o enfrentamento ao racismo. Sintomaticamente, em muitas análises parece que “*esse tipo de coisa simplesmente acontece*”, desvalorizando agentes e protagonismos. Dessa maneira se omite o fato de que aquele evento foi marcante devido aos acúmulos da militância negra. Isso é fácil de demonstrar através de inúmeras publicações e eventos no primeiro semestre de 2001, em diferentes pontos do país; e na construção de uma agenda de mobilizações direcionada à **Conferência Nacional Preparatória** realizada no Rio de Janeiro. Essa contou com delegações que mesclavam militantes negros e militantes antirracistas de diferentes setores da sociedade civil, e representantes oficiais de órgãos governamentais de estados e municípios, de todas as regiões brasileiras, além de representantes do poder legislativo e do judiciário federal e estaduais.

O acúmulo da militância negra e antirracista brasileira ficou evidente, também, na maior delegação estrangeira presente à **Conferência Mundial**. Que dizer da participação das ONGs de mulheres negras, com vasta experiência desde a Conferência Mundial de Mulheres-Beijing-1995, proeminentes em todo o processo preparatório, na articulação da militância com a delegação oficial, e no fórum paralelo de ONGs de toda parte do mundo?

Para exemplificar a qualidade diferenciada da militância feminina negra, basta lembrar que Edna Roland, então presidente da organização de mulheres negras FALA PRETA, foi escolhida, ao final, a **relatora oficial da Conferência Mundial**. Essa reconhecida militante negra foi convidada pelo presidente do Comitê Oficial Brasileiro, embaixador Gilberto

Saboya, para a preparação e integrou a delegação oficial. Mais da metade do livro *Olhares sobre a mobilização brasileira para a Conferência...*, expõe as vozes de militantes negros e negras, indígenas, e de outros movimentos sociais, de diplomatas, membros de governos, do legislativo e do judiciário, que participaram do processo preparatório e da Conferência Mundial em Durban. Ver PEREIRA e SILVA (2013).

De parte do governo federal, a partir de 2003, as ações afirmativas na Educação derivaram para uma medida temporizadora e foi criado o PROUNI³¹. A demanda por cotas nas universidades federais, porém, se generalizava. Eram riquíssimos os debates internos (e iniciativas bem sucedidas, como na UnB-2006) em cada universidade pública, até o Decreto lei 12.711/2012. Este, que abriu caminho para a adoção de cotas em todas as universidades federais foi antecedido por espetacular revigoramento, ampliação e interiorização das IFES-Instituições Federais de Ensino Superior, através do REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Algumas medidas marcantes foram a sanção presidencial à Lei 10.639/03 (e adiante a Lei 11.645/08), que geraram as DCNERER - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Relações Étnico-Raciais, e um Plano Nacional de Implementação; a criação da SECAD - Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (adiante se acrescentou o I de inclusão), órgão do

³¹ Programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

Min. da Educação, que planejou e operou programas editoriais e de formação de educadores tendo como eixo central a questão racial e Educação; a criação da SEPPIR-Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003, que realizou 3 CONAPIRs - Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial-2005-2009-2013, e executou uma política de incentivos e dotações de recursos a iniciativas de prefeituras e governos estaduais, para criarem órgãos e eventos de PIR-Promoção da Igualdade Racial; a nomeação para cargos executivos e a admissão de homens e mulheres negras em situações de representação em diversos órgãos e mecanismos de Estado e governo, como por exemplo o STF-Supremo Tribunal Federal³², o CNDES-Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social³³, o CNE-Conselho Nacional de Educação³⁴. Em 2010 era aprovado o Estatuto da Igualdade Racial³⁵. Em 2012 foi aprovada a lei de cotas para IFES³⁶.

³² É notório que Joaquim Barbosa Gomes foi o primeiro negro a compor o STF-Supremo Tribunal Federal

³³ Foi o caso de Jurema Werneck, coordenadora geral da ONG Criola-RJ. Hoje Coordenadora Geral da Anistia Internacional no Brasil.

³⁴ Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva-Primeira mulher negra doutora em Educação-UFRGS; Wilson Roberto de Mattos -Prof. Titular e ex-pró-reitor da UNEB; Nilma Lino Gomes - profª da UFMG e ex-ministra da Igualdade Racial, do princípio até o final do segundo governo Dilma Rousseff. Todos foram membros do CNE, indicados pela ABPN-Associação Brasileira de Pesquisadores Negros.

³⁵ Lei Nº 12.288, de 20 de Julho de 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em 29.02.2020.

³⁶ BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:

Em junho de 2014 a presidenta Dilma Rousseff sancionava a chamada PEC das empregadas domésticas, depois de dois anos de muita discussão no Congresso Nacional.

Avanços institucionais e políticos? Sem dúvida! Ainda assim é preciso problematizar esse nível de institucionalização e seus resultados, caso houvesse mais efetividade no enfrentamento cotidiano do racismo nas relações sociais, políticas e institucionais, o que será feito adiante. Aqui, a argumentação pretende mostrar como, ainda que houvesse problemas, dificuldades, obstáculos em níveis superiores de planejamento e gestão e efetivo compartilhamento de decisões políticas-institucionais; ainda assim os avanços do antirracismo chegaram muito longe naquela conjuntura!

Como, por exemplo, menosprezar o nível de articulação, mobilização e organização do Movimento de Mulheres Negras, seus esforços para chegar à grande maioria, historicamente o grupo social que amarga os piores indicadores sociais?³⁷ Que tal pensar além de indicadores, e observar outros alcances e possibilidades?

Acompanhei olhos aflitos se tornarem olhos vibrantes, radiantes e satisfeitos. As donas Marias se mostraram tão fortes quanto gladiadores. À medida que

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 27 nov. 2016

³⁷

<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>
- Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Parceria: IPEA – ONU Mulheres - Secretaria de Políticas para as Mulheres-SPM – e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR. Brasília. 2011
Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos.
https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526

marchavam, iam se empoderando, seus ombros ficavam eretos e a autoestima aumentava enquanto gritavam “eu posso, eu sou capaz”. Aquelas que diariamente eram anuladas pela sociedade, vestiram suas armaduras e foram para a batalha contra o racismo, a intolerância religiosa e a discriminação. A luta foi por nossos descendentes, por nós e pelo bem viver de nossa raça. Estou orgulhosa pelas vitórias de todas que participaram dos bastidores. “Vida longa com saúde a todas” Axé!!! **Crica Galdino do Afoxé Ogun Funmilayió, Foz do Iguaçu, PR (Marcha das Mulheres Negras, 2016?)**

Havia muitas falas como essa, de uma mulher negra, do interior do Paraná, na Marcha das Mulheres Negras – a primeira do mundo – no dia 18 de novembro de 2015!

No dia 18 de novembro de 2015, mulheres negras “aquilombaram” Brasília também para dizer que nós, mulheres negras e povo negro, queremos construir um novo modelo civilizatório para o País, centrado no bem viver e no rompimento com o racismo e todas as formas de discriminação que alijam e matam homens e mulheres negras. (Marcha de Mulheres Negras, 2016: 4)

Esse tipo de evento político, que reuniu mais de 50.000 mulheres negras de todo o país, pode ser visto como algo trivial? Apenas mais um evento político? Ou tem razão esse trecho do TCC de uma jovem militante negra e pesquisadora em formação acadêmica?

Como artífices das utopias, as mulheres negras inauguram uma nova etapa do movimento negro brasileiro... a complexidade da ação política do movimento de mulheres negras é oriunda de sujeitos cuja reinvenção é um pressuposto para

luta social. Quando é necessário criar uma nova linguagem e, portanto, um novo mundo capaz de dar conta do pleno exercício da cidadania de mulheres negras, o que ainda não está dado no campo do possível na atualidade, muitas são as formas de engajamento e mobilização, únicas e pioneiras, assim como foi a primeira Marcha de Mulheres Negras do mundo... (Cintra de Oliveira, 2019: 7-8)

Sem dúvida, resultado de muitos acúmulos do antirracismo e do feminismo. Que impactam e tendem a capilarizar ideias e posturas política e ideologicamente transgressoras e transformadoras, numa profundidade que só algumas religiosidades conseguem alcançar. Mas que, ao mesmo tempo, impactam e assustam a pessoa que não via e não vê (ou não quer ver) suas vantagens e privilégios pelo fato de se ver e ser vista como branca; e mais ainda, quem já via e conscientemente se beneficiava disso.

E o acesso à docência no ensino superior de jovens negros-as que galgaram rapidamente programas de pós graduação e a institucionalização como pesquisadores em centenas de novos campi universitários públicos e privados em todas as regiões – inclusive interiores – do país? Qual seu impacto: junto à comunidade acadêmica, às elites locais e regionais e junto à população?

Os avanços do antirracismo e o golpe

Certamente há muitas razões e interesses na construção da artilhada e drástica ruptura do quadro político institucional e do estado democrático de direito através do golpe. Não cabe aqui ser extenso em matéria mais que discutida em hostes políticas e acadêmicas e em espaços híbridos políticos-acadêmicos, com ampla repercussão nos mais diferentes tipos de

veículos de comunicação, para todos os gostos.³⁸

Perante o quadro exposto, de avanços do antirracismo e de outras lutas sociais por direitos humanos, impulsionadas pela série de medidas do governo central seguidas por governos estaduais e municipais que cederam espaços políticos e institucionais, e implementaram políticas públicas de PIR entre 2003 e 2015... E perante tantas presenças, posturas, simbolismos, estéticas, ostensivamente desafiadoras do status quo, incrementadas pela difusão ilimitada via mídias e redes sociais... Como não pensar que tudo isso tenha gerado conflitos e raividades? Tais acúmulos de tensões podem ser vistos como irrelevantes no desenrolar do golpe? Não terão instigado e potencializado o amplo, rápido e firme apoio e vasto consenso entre setores conservadores (racistas, elitistas, patriarcalistas, LGBTfóbicos) “saídos do armário” desde junho de 2013? Nada a ver com a degeneração das relações sociais que favoreceram ao extremismo, impondo às lideranças liberais e conservadoras tradicionalmente mais “contidas”, zelosas do politicamente correto, se lançarem à descarada ruptura com a ordem institucional e deposição do governo eleito legitimamente? Ou o golpe se deveu exclusivamente à força dos interesses econômicos, às manipulações da mídia hegemônica, às articulações tenebrosas do parlamento e às dubiedades, tendenciosidades e fraquezas/covardia do judiciário?

³⁸ Referências obrigatórias, as discussões travadas entre a intelectualidade de esquerda. Nomes, por exemplo, como Jessé Souza, André Singer, Wladimir Safatle, José Luiz Fiori, Luiz Felipe Miguel, Marilena Chauí, e tantos outros e outras, veiculados por livros e revistas de setores progressistas, amplamente difundidos via internet.

A questão racial se arrasta na conjuntura

Simultaneamente à resistência necessária entre os setores progressistas é essencial que o amplo e diversificado conjunto de Movimentos Sociais avalie se, e o quanto foi efetiva a participação de quadros oriundos de suas fileiras em diversos mecanismos de planejamento e gestão, na série de medidas governamentais e outras que questionavam e buscavam atenuar as históricas desigualdades raciais e sociais.

No caso do Movimento Negro e das demandas da luta contra o racismo são inquestionáveis o valor simbólico e o novo cenário institucional a partir da sanção presidencial da lei 10.639/03 e da criação da SEPPPIR e de órgãos congêneres em todas as regiões. Como, porém, foram estruturadas essas e outras intervenções no âmbito de governos municipais, estaduais, federal?

Incompreensões e Indecisões?

Que dizer da distância e assimetria de valores e práticas culturais, e de vivências institucionais, entre “elites” intelectuais e políticas e a grande maioria da população? Até que ponto isso se tornou um problema maior do que é comum-compreensível nas sociedades em geral? Mesmo em setores “de esquerda” foi sempre pontual e descontínua (mesmo quando há homens e mulheres negros), *práxis* referenciadas na chamada cultura popular, cujo núcleo pesado é constituído por referenciais afro-brasileiros.³⁹

É volumosa a massa crítica problematizando o euro-etnocentrismo e o colonialismo cultural que contaminam

³⁹ Preciosa essa argumentação elaborada por Joel Rufino dos Santos (1985).

o chamado pensamento social e as mais influentes teorizações sobre a formação, o desenvolvimento e a atualidade da sociedade brasileira. Ainda assim tem sido difícil questionar tal tradição epistemológica!⁴⁰

A ausência-invisibilidade negra, vista como decorrente do *apartheid social* até os anos iniciais do novo milênio, começou a mudar na última década. Passou a ser comum se falar na “nova classe média” de maioria negra alçada à condição de consumidores “até mesmo” (!) em shoppings e aeroportos, “incapazes de procedimentos civilizados”. Em 2014 viralizou via internet a postagem de uma professora, no aeroporto Santos Dumont-RJ. Ela se sentia assediada-angustiada-constrangida pela presença de pobres e negros. É comum a circulação de anedotas preconceituosas que tentam ridicularizar essa “nova classe média”, vista como desajeitada, inconveniente, criadora de problemas, em ambientes até então restritos. Muitos desses ambientes “escureceram” sensivelmente a partir da efetiva redução da pobreza e avanço nos índices de desenvolvimento humano-IDH.⁴¹

Comum, também, passou a ser a arregimentação de homens e mulheres negras por hostes partidárias de variado perfil, por diversos segmentos de movimentos sociais, em situações e espaços culturais comunitários, por

⁴⁰ Basta ver que foi preciso uma lei constitucional, em 2003, para que se adotasse o estudo de História da África no ensino básico e superior. O estudo da História indígena só em 2008. Passados 17 anos são episódicos seus efeitos sobre a formação de professores e de estudantes. Estudos sobre América Latina, por sua vez, ainda costumam ser iniciativa de pesquisadores isolados e tenazes.

⁴¹

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/02/professora-da-puc-que-humilhou-passageiro-e-afastada-de-cargo.html>

diferentes esquemas associativos na chamada sociedade civil. Além de passarem a integrar (muitas vezes precária e episodicamente) peças publicitárias e de mídia, é sensível a maxi-visibilização e nova respeitabilidade a manifestações culturais afro-brasileiras. Como nunca, negros e cultura negra passaram a ser vistos como ingrediente necessário à política progressista. Mudanças culturais, no entanto, e ainda que sejam sinceramente buscadas, são difíceis – para todxs envolvidxs! Nas últimas décadas é notável a presença e maior participação de negros e negras em ambientes culturais, políticos e institucionais onde antes era incomum.

Mas até que ponto era “prá valer”?

Seria evidente para todos envolvidos (negros e brancos) que a efetiva integração vinha sendo “negociada”? Que implicava em desconfortos e exigia transparência em relação ao que estava em jogo, além de determinação? Certamente há honrosas exceções de pessoas brancas chefiando espaços institucionais e políticos que valorizaram, de fato e de direito, a militância negra. Pode-se dizer, no entanto, que a maioria se esforçava e se esforça para entender e agir de maneira consistente no enfrentamento da questão racial? Quantos e quais, meramente pretendiam cooptar e “aceitar” negros e negras, apenas para se mostrarem “coloridos”, “plurais” – politicamente corretos?

A questão nodal da Consciência Negra – a crítica histórica e política ao eurocentrismo conjugado à “branquitude” (auto referenciação e normatização branca, histórica, simbólica, estética) – vem sendo digerida a contragosto, mesmo em contextos políticos-institucionais progressistas.

É como se para homens e mulheres negras valesse o ditado: “*Quem pisa na terra alheia, pisa no chão devagar*”: espaços “tradicionalmente” brancos, masculinizados, dos “mais velhos”. É comum posturas firmes e combativas e demandas de igualdade ainda serem vistas como “coisa de recalcados e recalçadas”, radicais e impertinentes – como “mimimi”! Relatos de visitas e vivências em órgãos governamentais e em larga faixa de instituições progressistas testemunham avanços inegáveis, mas também recusas, indiferenças e rejeições, nem sempre veladas, e muito estranhamento-desajuste-desacerto-enfrentamentos-conflitos...

Lembranças dessa natureza são comuns em conversas nos diferentes espaços de circulação física e de ideias do Movimento Negro e, também, em outros Movimentos Sociais. Que tal considerar memórias e análises de militantes negros que assumiram cargos em espaços prestigiados da sociedade civil no governo federal, e em estaduais e municipais? Desde o naufrágio (a despeito de ferrenha combatividade de seus e suas agentes) do GTI-Grupo de Trabalho Interministerial, instituído em 1995, para articular medidas de enfrentamento do racismo em diferentes ministérios; passando pelo amplo processo – que conjugou militância negra, diplomatas e outros agentes de Estado – de preparação brasileira para a III Conf. Mundial Contra o Racismo-2000-2001; pelo comando da Fundação Cultural Palmares, no MinC, sempre “encurralado” pela proeminência de setores artísticos-culturais “mais nobres e desigualmente apadrinhados”; por embates cotidianos no âmbito da SECAD(I) para operarem os programas e manterem linhas e jeitos de atuação e realização; pelos mandatos da SEPPIR, sempre sem orçamentos próprios e às

voltas com obstáculos à sua plena atuação; e as incontáveis experiências locais e regionais em Conselhos e órgãos de PIR.

Para a chamada classe média habituada à exclusividade em muitos espaços públicos e privados em áreas nobres das cidades, assim como para a burocracia das mais altas esferas institucionais e políticas, e nas grandes universidades e espaços culturais-artísticos e de lazer, a “culpa” da chegada ostensiva de negros e pobres foi dos governos progressistas. Como tolerar jovens negros e irreverentes juntos com indígenas, gays e lésbicas, quilombolas, e toda sorte de gente historicamente relegada aos “armários”, porões ou às retaguardas da sociedade?

Não será sensato refletir que a política progressista amarga a derrota, hoje, em parte, porque não compreendeu – ou não soube – ou não quis aproveitar as vantagens da presença daqueles e daquelas novas agentes sociais e políticas? Que tais presenças funcionaram (para quase todas-as envolvidas-os) muito mais simbolicamente do que formativamente?

Até que ponto foram, de fato, incorporados os novos olhares, jeitos de pensar, formas de agir, e a confiança de que o “novo” poderia alicerçar políticas mais ousadas, fatores de mobilização e fortalecimento político-institucional no enfrentamento de adversários e inimigos políticos e ideológicos? O quanto tais vivências representaram mudanças de valores e de hábitos para aqueles setores progressistas e para a militância de lutas sociais, inclusive para a própria militância negra?

Hora de decisão

Pessoas progressistas que assumiram cargos e condições de poder em governos e em outras instituições e setores da vida social não compreenderam, e por isso não souberam, ou não quiseram, ou, simplesmente, não quiseram. Fato é que não conseguiram lidar de maneira radicalmente dialógica com a militância negra e antirracista que colocou a questão racial na agenda política nacional.

É verdade que não seria fácil atravessar impávidos e impunes a complexidade e ineditismo daquele momento!

Apesar de tudo foi magnífico!

Pela primeira vez de maneira consistente, representantes de setores progressistas alcançaram o mais alto poder da república! Quando, porém, depararam com a questão da governabilidade – “exigência” de ceder espaços e prerrogativas (face à correlação de forças políticas) com o poder dos oligopólios de mídia, com o poder econômico, com diferentes conservadorismos políticos-institucionais e adversidades internas (do próprio governo e em hostes progressistas) e no seio da sociedade – mais limitações e menos ousadias “assumiram” o comando. Há controvérsias extremas em suas próprias hostes sobre se (ou o quanto) era possível-necessário ter ousado mais. E sobre o que isso representa em cada momento anterior e hoje. Concretizado o golpe e atravessado (porque juntos, setores progressistas serão capazes de atravessar!) esse momento de perda, desânimo, resistência... Como será?

É fato que muitas lideranças de movimentos sociais assumiram cargos ou papéis relevantes em projetos governamentais. Constituíram, no

entanto, núcleos de poder e/ou espaços capazes de efetivar políticas públicas transformadoras, ou foram “periferia” dessa onda progressista? Se é inegável que houve avanços, embora não satisfatórios, que forças e/ou orientações mais consistentes terão essas lideranças e instituições dos movimentos sociais para avançar mais e consolidar conquistas?

No que toca à luta contra o racismo, o que se conquistou de institucionalidade e avanços em políticas públicas ou privadas, se deveu a militantes negros e negras esgrimindo cotidianamente suas legitimidades e demandas de espaços e reconhecimento no campo progressista. Em cargos e funções em órgãos executivos e no exercício de mandatos legislativos ou no seu entorno, em instâncias partidárias, em setores empoderados dos movimentos sociais, e nas mais prestigiadas instituições da sociedade civil... A insatisfação com muitos resultados, no entanto, era visível no seio daquela militância.

A ex-ministra Luiza Bairros (1953/2016), intelectual e liderança de grande prestígio no Movimento Negro desde os anos 80, em debate com militantes negros e negras durante o exercício de seu mandato usou uma expressão emblemática: “*O Movimento Negro bateu no teto*”!⁴² A que estaria ela se referindo exatamente? À necessidade de correlação de forças mais favoráveis no âmbito do próprio governo? Aos limites do que é possível neste modelo de governabilidade? Ou ao esgotamento da formulação de políticas “para negros”? Que outras políticas, senão essas, aqueles e aquelas militantes poderiam demandar?

⁴² Palestra de Giovanni Harvey – ex-Secretário Executivo da SEPPPIR – confirmou o fato e a frase em palestra pública, em 20.04.2016, no auditório Paulo Freire-ICHS-UFRRJ.

Profético o texto de Joel Rufino dos Santos, publicado em 1985: já naquela ocasião, ele questionava os referenciais teóricos e históricos mais influentes na sociedade brasileira, em geral, compartilhados por lideranças do movimento negro. Dizia então, que seria necessário à militância negra se colocar no epicentro da crise brasileira, e ao mesmo tempo se colocar desde fora do espectro das culturas hegemônicas: e dessa nova “posição” vislumbrar perspectivas políticas e soluções.

Também o trabalho de Serguei Soares (2012) pode ajudar nessas interrogações: analisando os censos gerais do IBGE, diz que a auto identificação da população preta e parda como negra saltou de 34 para 54 por cento em pouco mais de 30 anos, e que isso representa um inegável êxito da ação política-ideológica do movimento negro.

Luiza Bairros e Joel Rufino dos Santos induzem a pensar: sem uma *práxis* dialógica – da militância negra e do conjunto das lutas sociais – que incorpore novos referenciais históricos, teóricos, simbólicos, estéticos, será sempre precária e insuficiente a mobilização de consciências capazes de efetiva construção de igualdade de oportunidades, justiça social, democracia.

Referências

ABREU, Maria Aparecida e TIBLE, Jean. **Políticas inovadoras no cenário federal: As visões dos ministros da Igualdade Racial.** In RIBEIRO, Matilde (Org). As políticas de Igualdade Racial: reflexões e perspectivas. Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

AGUIAR MEDEIROS, Maria Alice. **O elogio da dominação: relendo Casa Grande e Senzala.** Editora Achiamé. Rio de Janeiro, 1984.

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar A. **História do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC-FGV.** Editora Pallas e FGV. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo.** Estudos Históricos, n° 37, 2006.

Anais do Seminário Internacional **Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos.** Sec. Nac. de Direitos Humanos. Ministério da Justiça. Brasília, julho de 1996.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30.** Editora 34. RJ, 1994.

AZEVEDO, Thales. **Democracia Racial-Ideologia e Realidade.** Vozes. Petrópolis, 1975.

_____. **As elites de cor: um estudo de ascensão social.** Cia. Ed. Nacional. SP, 1955.

BANTON, Michael. **A ideia de Raça.** Edições 70. Lisboa, 1979.

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio. 2005

BENTES, Nilma. **Negritando.** Graphitte editores. Belém-PA, 1993.

BOURDIEU, Pierre. e WACQUANT, Loic. **Sobre as artimanhas da razão imperialista.** Estudos Afro-Asiáticos. ano 24, n° 1 (especial), 2002.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O Movimento Negro em Belo Horizonte 1978-1998.** Mazza edições. BH, 2002.

CHOR MAIO, Marcos. **Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais.** DADOS. Revista de Ciências Sociais, RJ, 1997.

CONCEIÇÃO, Domingos. **Movimento Negro em Belém: Ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros.** Dissertação de mestrado em Serviço Social. UFPA, 2017.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Negritude favelada – teoria e militância.** Edição do autor. Salvador-BA. 1988.

CONCEIÇÃO DE JESUS, Marize. **O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais**. Dissertação de mestrado - PPGEDUC-UFRRJ, 2015.

COSTA LIMA, Luiz. **O Aguarrás do tempo**. Editora Rocco. RJ. 1989.

COSTA PINTO, Luis Aguiar da. **O negro no Rio de Janeiro**. Editora da UFRJ. 1998.

DEGLER, Carl N. **Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos**. Editorial Labor do Brasil. Coleção de Bolso Labor. RJ. 1976.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista TEMPO. nº 23, 2007.

FERES JÚNIOR João, e CAMPOS Luiz Augusto. **Ação afirmativa no Brasil: multiculturalismo ou justiça social?** Lua Nova, n.99. São Paulo, Sept./Dec.,2016.

GARCIA DE OLIVEIRA, L. E; PORCARO, R. M; ARAUJO, T. C. N. **O Lugar do negro na força de trabalho**. IBGE. Rio de Janeiro. 1985.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e Política (1888-1937)**. Jorge Zahar Editor. RJ. 2005.

GOMES Flavio Dos Santos, CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2007.

GOMES, Flávio dos Santos e DOMINGUES, Petrônio. (Orgs). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. Editora Selo Negro. São Paulo. 2014

GOMES, Flávio dos Santos e DOMINGUES, Petrônio. **Da Nitidez e Invisibilidade: Legados da Pós - Emancipação do Brasil**. Editora Fino Traço. Rio de Janeiro. 2013

_____. **Experiências da pós-emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição**. Editora SELO NEGRO. São Paulo. 2011.

HANCHARD, Michael. **Orfeu e Poder: o Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. EdUERJ-UCAM. RJ. 2001.

_____. **Cinderela Negra? Raça e Esfera Pública no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos. N° 30, RJ.1996.

_____. **Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loic Wacquant: exemplos de**

interpretação equivocada. Estudos Afro-Asiáticos ano 24 n° 1. RJ. 2002.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil**. Edições GRAAL. SP. 1979.

_____. **Discurso sobre a raça: pequena crônica de 1988**. In Quase Catálogo – Visões da abolição-1988. Contins, Márcia (Org). CIEC-ECO-UFRJ. 1997.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. Editora UNESP. São Paulo. 2006.

MIGUEL, Luíz Felipe. **A democracia na encruzilhada**. In JINKINGS, I., DORIA, K., CLETO, M. (Orgs). **Por que gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. Boitempo editorial. 2016.

LEITE, José Correia e CUTI. **Assim falava o velho militante**. Sec. Municipal de Cultura. SP. 1992.

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS. **Articulação de Mulheres Negras Brasileiras**. Apoio Fundação Ford. RJ, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/CLIENTE/Documents/Arquivos/%20Trabalho/Amauri/CONEN%20e%20Mov.%20Negro%20geral/Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>

MATTOS, Wilson Roberto de. **AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNEB A cultura da igualdade como poética da diversidade**. EDUNEB. Salvador, 2014.

MOURA, **O Negro: De Bom Escravo A Mau Cidadão?** Editora Conquista. Rio de Janeiro. 1977.

NASCIMENTO, Abdias do. (Org) **O negro revoltado**. 2ª edição, Nova Fronteira. RJ. 1982.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. T. A. Queiroz Editor. São Paulo. 1985.

OLIVEIRA SILVEIRA: **Vinte de Novembro: História e Conteúdo**. In Gonçalves e Silva, Petronilha B. e Silvério, Valter R. **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. INEP. Brasília. 2003.

O negro em Sergipe – Ciclo de Debates/1993. Vários autores. FUNCAJU. Aracajú. SE. 1994.

OLIVEIRA DOS SANTOS, Marcio André. **A Persistência Política dos Movimentos Negros Brasileiros: Processo de Mobilização à 3ª**

Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo. Dissertação de Mestrado PPCIS-UERJ. 2005.

PEREIRA, Amauri M. “Toma que o filho e seu...”: Políticas públicas pragmáticas e outros desafios na institucionalização da Luta Contra o Racismo. Revista da ABPN vol. 3, nº 7, março a junho de 2012.

_____. **Trajetória e perspectivas do Movimento Negro brasileiro.** 2ª edição. Editora Nandyala. BH. 2008.

_____. **Para Além do Racismo e do Antirracismo: a produção de uma Cultura de Consciência Negra na sociedade brasileira.** NEAB-UDESC/Editora Casa Aberta. Itajaí. 2013.

_____ e SILVA, Joselina da. **Olhares sobre a preparação brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas.** Editora Nandyala-Belo Horizonte e Fundação Cultural Palmares. Brasília. 2013.

PEREIRA, Amílcar. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil.** FAPERJ/Pallas editora. RJ. 2013.

LEITE, José Correia e CUTI. **Assim falava o velho militante.** Sec. Municipal de Cultura. SP. 1992.

POLIAKOV, Léon. **O Mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos.** Editora Perspectiva/EDUSP. São Paulo. 1974.

RIOS, Flávia Mateus. **Elite Política Negra no Brasil: Relação entre movimento social, partido político e Estado.** Tese de Doutorado em Sociologia. USP. Maio de 2014.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. **O Movimento Negro e a Crise Brasileira.** In Rev. Política e Administração. nº 2 jul./set-1985, RJ.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O Movimento Negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo.** Publicação da CONE-Coordenadoria do Negro-Prefeitura Municipal de São Paulo. 2006

SANTOS, Marcio André O. **A persistência política dos Movimentos Negros Brasileiros: processo de mobilização à 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo.** Dissertação de Mestrado. PPCIS-UERJ. 2005.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização". In Raça, Ciência e Sociedade. CHOR MAIO, Marcos e VENTURA SANTOS, Ricardo. FIOCRUZ/CCBB. RJ. 1996.

SILVA, Fátima Aparecida. A Frente Negra Pernambucana e sua continuidade como Centro de Cultura Afro-Brasileiro. In **O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** PEREIRA, A.M. e SILVA, Joselina. (Orgs). Editora Nandyala. Belo Horizonte. 2009

SILVA, Joselina da. **União dos Homens de Cor: uma rede do Movimento Negro após o Estado Novo.** Tese de Doutorado. PPCIS-UERJ. 2005.

_____. **I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS: O pensamento feminista negro na década de 1980.** In: PEREIRA, A. M. e SILVA, J da. (Orgs). **O Movimento de Mulheres Negras: Escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** Editora Nandyala. Belo Horizonte. 2014.

SKYDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Serguei. **A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007.** In THEODORO, Mario. (Org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. IPEA. Brasília. 2008.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato.** Editora LeYa. Rio de Janeiro. 2017.

THEODORO, Mario. (Org). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.** IPEA. Brasília. 2008.

Recebido em 2020-03-08

Publicado em 2020-06-07